

O ATLAS “ESTADO DO BRASIL”: UM OLHAR PORTUGUÊS SOBRE A AMÉRICA COLONIAL

The Atlas “Estado do Brasil”: a portuguese look over colonial america

Amanda Estela Guerra¹
Márcia Maria Duarte dos Santos²

¹Sudcap – Superintendência de Desenvolvimento da Capital
Divisão de Gestão Ambiental
Av. do Contorno, 5436 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP – 30110-100
aegigc@yahoo.com.br

²Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG
Centro de Referência em Cartografia Histórica
Rua Gustavo da Silveira, 1035 – Santa Inês – Belo Horizonte – MG – CEP 31080-010
mdsantosy@yahoo.com.br

RESUMO

O Atlas “Estado do Brasil”, elaborado pelo cosmógrafo do reino de Portugal, João Teixeira Albernaz, a mando do donatário da Capitania de Ilhéus, D. Jerônimo de Ataíde, em 1631, foi produzido em um período de grande turbulência política, tanto para o Brasil quanto para Portugal. Ao idealizar esta obra D. Jerônimo pretendia atrair investimentos para sua capitania e alertar outros nobres portugueses sobre a enorme extensão de terras ameaçadas pelo despovoamento e pelas invasões estrangeiras. Além disso, havia um desejo de ampliação dos domínios lusitanos na América. Este estudo realça as questões políticas e econômicas que motivaram a produção desse atlas e como o autor utilizou as técnicas cartográficas disponíveis para transmitir informações sobre uma organização do espaço colonial na América, de forma a atender aos objetivos de seu patrocinador.

Palavras chaves: Atlas Estado do Brasil, João Teixeira Albernaz, Albernaz, Cartografia Histórica.

ABSTRACT

The atlas “Estado do Brasil” was created by João Teixeira Albernaz, cartographer for the kingdom of Portugal, by order of the Count of Autoguia, Captain of Ilhéus, D. Jerônimo de Ataíde, in 1631. It was produced in a period of political upheavals in Brazil and Portugal. When D. Jerônimo idealized this work, his intent was to attract investments to Ilhéus and alert the portuguese aristocrats about the huge amounts of land lying dormant due to the lack of settlers and by the threat of the foreign invasions. There was also a desire to amplify the portuguese dominion in America. This study highlights the political and economic issues that had stimulated the initial idea for the atlas “Estado do Brasil”. It shows how the cartographer used the cartographic tecnic to present information about the organization of colonial space in Portuguese America, in a format that met the objectives of his sponsor.

Keywords: Atlas Estado do Brasil, João Teixeira Albernaz, Albernaz, Historic Cartography.

1. INTRODUÇÃO

O atlas Estado do Brasil, coligido das mais certas notícias q pode aiuntar D. Jerônimo de Ataíde foi elaborado pelo cosmógrafo do reino de Portugal João Teixeira Albernaz, em 1631, a mando do sexto Conde de Autoguia, D. Jerônimo de Ataíde. Esse cosmógrafo é

conhecido, hoje, como João Teixeira Albernaz I ou, ainda, João Teixeira Albernaz, o velho, para distingui-lo de outro cosmógrafo homônimo, provavelmente seu neto, conhecido como João Teixeira Albernaz II ou João Teixeira Albernaz, o moço. Existe na literatura uma discussão acerca da grafia correta do sobrenome deste cosmógrafo,

terminando com S ou com Z. Embora não exista dúvida a respeito da autoria deste atlas pertencer a João Teixeira Albernaz I, devido à data, assinatura e estilo cartográfico, neste trabalho optou-se por utilizar a grafia do sobrenome com S, Albernaz, uma vez que o autor assina o atlas, que é objeto de estudo desse artigo, com S.

O atlas é composto por trinta e seis pranchas coloridas, manuscritas em aquarela, cujas medidas, em média, correspondem a 60 x 40cm. Nesse conjunto, o autor representa o território que os portugueses consideravam como pertencente às suas possessões na América, compreendido, aproximadamente, entre os paralelos de 0° a 40° S. Destaca-se que o atlas apresenta um pórtico, contendo título, autor e data da obra, uma carta índice, que representa o território em sua configuração de conjunto, e trinta e quatro pranchas que mostram esse mesmo território em parcelas regionais.

2. O COSMÓGRAFO

João Teixeira Albernaz nasceu em fins do século XVI, no seio de uma família de cartógrafos. Natural de Lisboa, neto de Pero Fernandes, filho de Luís Teixeira, um dos mais proeminentes cartógrafos portugueses de seu tempo, aprendeu o ofício de seu pai, assim como seu irmão Pedro Teixeira Albernaz. Depois dele, seu filho Estevão Teixeira e seu neto, João Teixeira Albernaz II, praticaram o ofício cartográfico (CORTESÃO, 1968, p. 84).

Em 1602, Albernaz recebeu carta de mestre que lhe permitiu exercer o ofício de cosmógrafo, após ser examinado pelo cosmógrafo-mor do reino, João Baptista Lavanha. Em 1605, trabalhava no Armazém de Guiné e das Índias. Localizado em Lisboa, esse armazém era um organismo governamental responsável por fornecer navios ao Rei e à Casa da Índia, assim como todos os equipamentos acessórios para o bom desempenho de uma embarcação. Era, também, o órgão responsável pela expedição das cartas de ofício e pelo estabelecimento de padrões que todos os cartógrafos do reino deveriam seguir (CORTESÃO, 1968, p. 84).

Depois da restauração do trono português, em 1640, Albernaz pretendeu exercer o cargo de cosmógrafo-mor do reino, o que pode ter ocorrido provisoriamente, uma vez que não existem documentos que comprovem que ele tenha sido nomeado para essa função. Existem apenas alguns documentos cartográficos nos quais Albernaz assina como cosmógrafo-mor. Segundo Garcia (1997, p.50) “[...] em 1652 ele ainda era vivo, podendo ter morrido logo depois, embora não se saiba ao certo a data de sua morte”.

A obra de João Teixeira Albernaz, composta por várias cartas e atlas sobre Portugal, seus domínios e suas áreas de interesse, tornou-o um dos expoentes da cartografia portuguesa, quando essa já se encontrava em declínio. Esteve sempre leal ao trono português, em uma época na qual os cartógrafos dessa nação eram muito valorizados e muitas vezes persuadidos a trabalhar para outras coroas.

3. A CARTOGRAFIA DO SÉCULO XVII

Para ampliar o conhecimento sobre a natureza dos mapas e o que pode ser esperado deles, em razão dos objetivos para os quais são criados, vários autores tentaram classificá-los em função de diferentes parâmetros: Oliveira (1993) os classificou, com relação ao que ele chamou de seus objetivos, em mapas gerais, temáticos ou especiais. Esse mesmo autor ainda classificou os mapas, em função de sua escala, em carta cadastral, topográfica ou geográfica. Joly (1990) classificou os mapas, com relação ao assunto abordado, em mapas de base (mapas topográficos ou, ainda, mapas do Estado Maior) e mapas temáticos. Bertin (1967) já fez uma classificação, levando em conta os objetivos do cartógrafo, em mapas de inventário, mapas de comunicação e mapas de tratamento.

Porém, nenhuma dessas tipologias pode ser aplicada aos mapas do século XVII. Então, nesse trabalho, optou-se pela criação de uma nova tipologia que pudesse ser aplicada de forma mais pertinente a esses mapas, distinguindo-os em mapas de Estado e mapas de divulgação.

3.1 Mapas de Divulgação

Os mapas de divulgação eram destinados a um público constituído por nobres, clérigos, mercadores, enfim, por membros da elite europeia, empenhados em acompanhar as descobertas territoriais, assim como conhecer a fauna, a flora e o estilo de vida dos “exóticos” habitantes daquelas áreas. Alguns dos usuários desses mapas tinham interesse direto nas informações, pois eram negociantes ou investidores preocupados em garantir sua participação em novas oportunidades de exploração mercantil. Outros apenas desejavam suprir uma curiosidade intelectual com relação ao novo mundo e construir um status de pessoa culta.

O desenvolvimento da cartografia de divulgação somente foi possível a partir da invenção da imprensa, no século XV, visto que mapas manuscritos eram caros e não podiam ser elaborados em larga escala, como acontecia com os impressos. Essa cartografia pode ser associada ao surgimento de casas editoriais, especializadas na produção de mapas e atlas, como as de Ortélius, Hondius-Jansson e Blaeu, que notabilizaram a produção flamenga. Essas casas editoriais eram empresas familiares que exerciam seus negócios em um ambiente de intensa competição por novas informações.

Os mapas elaborados nessa linha, dependendo dos interesses dos clientes e, principalmente, dos contatos do editor com fontes confiáveis, podiam apresentar dados geográficos recentes, entretanto, podiam também chegar a uma defasagem de vinte a trinta anos dos mapas mais atuais. Isso porque os Estados, que eram os principais produtores de mapas, liberavam os seus

documentos quando a informação contida neles deixava de ter interesse estratégico, retendo as novidades a “sete chaves” (JACOB, 1992, p. 82-94).

Além disso, os mapas de divulgação eram ricamente ornamentados, coloridos, iluminados, às vezes até mesmo com metais nobres como o ouro, principalmente aqueles documentos encomendados para os príncipes e o alto clero, que serviam de decoração nos palácios e eram sinônimo de prestígio social. Os mapas elaborados nessa linha continham um grande número de figuras que faziam parte do imaginário coletivo mas que não traduziam com fidelidade os aspectos que caracterizavam as áreas representadas.

Monstros marinhos, animais exóticos, cenas canibalísticas povoavam as terras recém-descobertas. Essas imagens serviam para preencher os vazios dos mapas, consequência do desconhecimento de algumas áreas, mas também eram introduzidas nas representações para corresponder às expectativas dos clientes com relação ao que era novo ou “exótico”.

Ademais, havia a necessidade de traduzir as novas informações para antigas concepções, buscando sempre alguma referência compreensível àquelas pessoas que recebiam esses relatos no velho continente. O processo pode ser comparado com a dificuldade que um viajante encontraria para descrever um animal nunca antes visto. Ele vai procurar referências nos animais que as pessoas, suas interlocutoras, conhecem para tentar descrever o novo.

Embora a cartografia em questão não tenha exercido o papel de transmissora das informações geográficas mais atualizadas, sem dúvida ela cumpriu uma importante função sócio-cultural. Seus mapas difundiram o progresso das descobertas territoriais, permitindo que um número muito maior de pessoas pudesse ter acesso às novas configurações do mundo, ainda que atrasadas em décadas.

3.2 Mapas de Estado

Os mapas de Estado tinham características bem distintas dos mapas de divulgação. Eles eram elaborados pelos Estados Nacionais, visando à preservação do direito de posse e de ampliação dos territórios coloniais. Esses mapas também eram feitos pelas grandes empresas comerciais, como a Companhia das Índias (Orientais e Ocidentais), para garantir a rota mais rápida e segura para seus navios, que tornavam possível a troca de mercadorias com as novas colônias. Essa era uma cartografia preocupada com a precisão na transmissão das informações geográficas e buscava afastar-se de representações ligadas a figuras míticas. Esses mapas abrangiam as cartas náuticas, os mapas hidrográficos e os mapas regionais que representavam os territórios recém-descobertos e importantes regiões de comércio.

Não é difícil imaginar a importância de conhecimentos que garantissem rotas seguras e mais curtas ligando os continentes, em um período em que qualquer vantagem definia a primazia de uma ou outra nação. A concorrência pela exploração dos territórios recém-

descobertos e das rotas de comércio era muito grande e, muitas vezes, atos de pirataria e subornos eram utilizados pelas nações para se apropriarem de riquezas geradas fora do continente europeu. Os mapas que continham informações geográficas atualizadas e precisas transformaram-se em um instrumento de conquista e eram considerados segredo de Estado.

Naquele período, apesar da divisão do mundo entre espanhóis e portugueses, o que aliás não era respeitado pelas outras nações européias, era a ocupação que determinava a posse efetiva. Assim o conhecimento de novas terras era guardado até que o domínio estivesse concretizado.

Devido à importância adquirida pela cartografia, cosmógrafos de várias nações, ligados aos Estados ou às casas editoriais, aplicaram-se na elaboração de planisférios, mapas regionais, descrições de territórios, bem como na organização de atlas. Esses produtos encerravam especificidades que definiam sua utilidade, eficácia e limitações, dependendo das necessidades de seus usuários.

Os mapas e atlas produzidos pelos Estados eram elaborados por cosmógrafos que trabalhavam em estabelecimentos criados e supervisionados pelo Rei. Normalmente manuscritas, essas obras distinguiam-se daquelas produzidas para divulgação, em relação à precisão e exatidão de seus elementos, uma vez que procuravam representar detalhadamente os conhecimentos geográficos mais atuais.

João Teixeira Albernaz praticava uma cartografia caracterizada pela grande sintonia com os interesses do Estado Português, buscando representar as informações geográficas de maneira precisa.

O atlas “Estado do Brasil”, embora tenha sido elaborado a mando de um particular, D. Jerônimo de Ataíde, não deixa de pertencer à cartografia de Estado. Isso porque seu patrocinador tinha motivações muito próximas das motivações dos grandes Estados Nacionais. Ele queria garantir, ao Estado Português, a posse da colônia americana, ameaçada tanto pelas invasões de outros povos, quanto pelo despovoamento, tema que será tratado mais adiante. A par disso, esse atlas era destinado aos fidalgos portugueses, pessoas ligadas às atividades de governo, cujas decisões poderiam causar impacto real no rumo dos acontecimentos.

4. O PATROCINADOR E SUAS MOTIVAÇÕES

4.1 Promoção da Capitania de Ilhéus

Fidalgo interessado nas artes cartográficas e de navegação, D. Jerônimo de Ataíde, em 1629, tornou-se também donatário da Capitania de Ilhéus, incorporada aos bens da família através de D. Maria Helena de Sousa, provavelmente sua

esposa, filha de D. João de Castro (TAVARES, 1994).

Como donatário, D. Jerônimo assumia importantes responsabilidades, pois cabia a ele exercer a função administrativa da capitania uma vez que era o representante do poder real naquele território. Dentre suas obrigações, estava a de proteger militarmente as terras sob sua jurisdição, provendo-as de armas e fortificações. Esse pesado ônus poderia ser recompensado com as rendas e privilégios destinados aos capitães. Essas rendas eram de diferentes naturezas. Podiam ser de cunho territorial, propiciadas pelo aproveitamento das parcelas de terras pertencentes ao patrimônio do capitão ou pela cobrança sobre os proventos da Coroa, dos quais o capitão recebia um percentual. Além dessas rendas, os donatários recebiam uma pensão dos tabeliães e tinham direito de monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais (SALDANHA, 2001).

Acrescentava-se a tudo isso o direito de conceder sesmarias em suas capitanias. Para evitar abusos por parte dos donatários, o Monarca estipulava, já nas cartas de doação, quais parcelas de terras seriam destinadas às sesmarias que se incorporariam ao patrimônio dos capitães (SALDANHA, 2001).

Considerando-se o exposto, verifica-se que era possível a um capitão-donatário ter uma renda altíssima a partir de seus direitos sobre a capitania. Entretanto, essa renda derivava do sucesso dos esforços de povoamento e da prosperidade econômica da região. Desse modo, compreende-se o interesse do Conde de Autogúia no desenvolvimento de sua capitania. Esse interesse foi expresso cartograficamente e se patenteou através da promoção das terras de Ilhéus, dentre outras do território brasileiro, nas pranchas que lhe concernem no atlas "Estado do Brasil".

A motivação do Conde de Autogúia para atrair investimentos para a sua recém-adquirida capitania pode ser constatada nas duas pranchas do atlas que representam as terras de Ilhéus. Na primeira prancha que corresponde à representação da porção centro-sul da capitania, a hidrografia ganha realce, indicando a fartura de águas disponíveis para a implantação de engenhos de açúcar. Encontra-se, nela, uma nota explicativa que atrai a atenção do espectador para os haveres da terra, sinalizando as possibilidades de exploração, em função da abundância dos recursos naturais, conforme pode ser observado na transcrição a seguir: "É de Dom Jerônimo de Attayde, terra fertilíssima, de tão formosas canas-de-açúcar que se acham hoje plantadas de 30, 40, 50 anos. Tem muitas águas para engenhos. E conta em si três vilas, das quais a principal é a de Ilhéus. As outras se chamam Boipeba, do Grani Cairu, dos demais frutos da terra é abundante. E gados de animais, farinhas, pau-brasil e zimbo. Confina pela parte do sul com a Capitania de Porto Seguro, e se demarca por um rio pequeno, chamado de Santo Antônio, junto à povoação de Santa Cruz. E pela parte norte demarca pela barra de Jaguaripe, junto a Itaparica e Distrito da baía de todos os santos" (ALBERNAS, 1631, prancha 19).

Já a segunda prancha, apresentada na FIG. 1, que representa a porção norte da Capitania de Ilhéus, indica,

além da abundância hídrica, o desenvolvimento alcançado pelos colonos que ali se assentaram. Trata-se da área da capitania onde se instalaram vários engenhos, vilas e povoações, citados na nota da prancha anterior, que apontam para uma atividade econômica mais dinâmica. Nessa prancha, o cosmógrafo também faz uso de nota explicativa, com a finalidade de realçar a possibilidade do retorno de investimentos naquelas terras, patenteando seus atributos, como a extensão do seu litoral, a existência de rios navegáveis, a facilidade de acesso ao interior, a fertilidade do solo e a existência de assentamentos de população estáveis, conforme pode ser examinado na transcrição a seguir: "É de Dom Jerônimo de Ataíde, contém 50 léguas de costa, que toda corre norte e sul. Em uma delas fica a vila de São Jorge dos Ilhéus cabeça das outras por ser a mais antiga. É onde habitam o capitão-mor e o ouvidor. Esta vila foi antigamente habitada de muita gente e se foi diminuindo por causa das guerras com os Aimorés. Nos limites destas 50 léguas, há 14 barras de rios navegáveis como mostram as tábuas e todos confessam ser esta a melhor e mais fértil terra de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo e os Ilhéus a gema. E se meter cabedal nesta capitania será de grandíssimo trato e importância" (ALBERNAS, 1631, prancha 20).

Assim, nota-se que, na primeira prancha, das terras despovoadas da capitania, o cosmógrafo indica as possibilidades de exploração do território, através de nota explicativa. Já na segunda prancha, da região centro-norte, por meio de imagem e nota explicativa associadas, mostra-se o resultado de investimentos anteriores, como um exemplo para futuros investidores. Em ambas as representações, a Capitania de Ilhéus apresenta-se como um território fértil, próspero e pacífico. Porém, os documentos históricos revelam outra cena (GUERRA, 2005).

Originariamente doada a Jorge de Figueiredo Correia, essa capitania vivenciou relativa prosperidade em um ambiente pacífico entre os colonos e os habitantes Tupiniquins. Com os investimentos iniciais de negociantes de Lisboa, a capitania cresceu e com ela sua população. O progresso da capitania não impediu conflitos entre colonos e o representante do donatário. Porém, esses conflitos não foram suficientes para barrar o desenvolvimento da região (TAVARES, 1994).

Não obstante a situação promissora, o descendente do donatário vendeu seus direitos sobre a capitania para o comerciante Lucas Giraldes, que investiu bastante dinheiro em suas terras. Sua administração, no entanto, foi prejudicada pelas guerras entre os povos Aimorés e colonos. Em decorrência desses conflitos, as terras de Ilhéus foram se despovoadas (MARCHANT, 1943).



Fig. 1 – Mapa que representa a porção norte da Capitania de Ilhéus. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.

Ao tempo em que foi incorporada aos bens de D. Jerônimo, a Capitania de Ilhéus encontrava-se em um grande estado de pobreza, contendo apenas 5 engenhos e 250 moradores europeus que viviam das lavouras que exportavam para a Bahia (TAVARES, 1994). Apesar do declínio da economia da capitania ter-se devido às guerras com o “gentio”, esses não aparecem nas pranchas que representam Ilhéus.

No atlas “Estado do Brasil”, mais do que a presença, é a ausência da representação do índio que chama a atenção, como nas pranchas dedicadas a Ilhéus. A representação do selvagem canibal tornara-se inconveniente para os propósitos promocionais do Conde de Autogúia. Afinal, como convencer fidalgos e burgueses a aplicarem dinheiro em um território habitado por seres que, de uma hora para outra, poderiam destruir, com suas atitudes, todo o investimento?

Entretanto, D. Jerônimo não poderia simplesmente excluir da representação de sua capitania e das demais terras brasileiras informações concernentes aos empecilhos impostos à colonização pelos naturais da terra. E não o fez. Na nota explicativa que acompanha a segunda prancha que contém a representação da Capitania de Ilhéus, em meio a dizeres que realçam as qualidades da donataria, encontram-se também dizeres informando sobre o abandono das terras, pelos colonos, após a guerra com os Aimorés, destacados a seguir: “[...] esta vila foi antigamente habitada de muita gente e se foi diminuindo por causa das guerras dos Aimorés”.

Esses dizeres, além de se encontrarem em meio às informações de qualidades da capitania, parecem sugerir

e realçar a fraqueza daqueles colonos que deixaram suas terras frente às primeiras dificuldades. Eles não induzem, dada sua expressão semântica e sintática, ao medo do perigo indígena.

Além dessa menção ao “gentio”, é importante atentar para o fato de que os índios somente são representados em duas outras pranchas, o mapa “Estado do Brasil” e o mapa que representa a costa que se estende do rio Grande até o rio Guaratuba, “onde começa a Capitania de São Vicente”. Nessas pranchas, esses povos são representados através de toponímia, técnica fria, que não produz os mesmos efeitos das imagens que tanto impressionavam os europeus.

4.2 Avocação de território

Dom Jerônimo revelou-se um fidalgo profundamente interessado na situação política do reino. Como tal teve uma participação ativa no processo de restauração do trono português, em 1640. Segundo Cortesão (1968, p. 71) após essa data, D. Jerônimo “[...] ocupou vários cargos militares durante a guerra entre Portugal e Castela”. Em 1653, seu empenho pelas terras do Brasil foi recompensado com a nomeação para o posto de Governador Geral, em que permaneceu até o ano de 1657.

As pranchas do atlas “Estado do Brasil” deixam transparecer os interesses políticos de seu patrocinador ao avocar a ampliação dos domínios

portugueses na América, ao reivindicar a defesa do território colonial, que sofria constantes ameaças, e ao tentar atrair colonos para povoarem o “Brasil”.

Através da análise do atlas “Estado do Brasil” é possível perceber como o cosmógrafo traduz as preocupações políticas do Conde de Autogüia, ao fazer uma clara distinção entre as possessões portuguesas e espanholas e ao tentar ampliar o território pertencente aos portugueses na América. Ademais, o cosmógrafo evidencia a ocupação castelhana em terras que, segundo os limites estipulados em seu atlas, deveriam pertencer aos domínios portugueses. Dessa forma, torna-se evidente o forte caráter de reivindicação política contra o Império Espanhol que, no período, incluía o reino de Portugal e suas possessões ultramarinas.

A divisão do território americano entre Portugal e Castela remonta ao século XV, quando as duas nações firmaram um acordo dividindo o mundo entre si. As disputas freqüentes entre Portugal e Espanha, pelo domínio de uma rota atlântica que levasse às Índias, resultou no descobrimento da América, em 1492. A descoberta de terras, ao ocidente das duas nações, levou-as a demarcarem a área de influência que cada uma teria no ultramar. Após várias tentativas frustradas, em 1494, portugueses e castelhanos firmaram um tratado na cidade de Tordesilhas, segundo o qual todas as terras localizadas a leste de um meridiano, traçado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, pertenceriam a Portugal, e as terras localizadas a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha (SARAIVA, 1979).

Em seu atlas, Albernas enuncia a representação apenas das possessões portuguesas, quando já no pórtico de abertura indica tratar-se, o atlas, do “Estado do Brasil”, colônia portuguesa desde seu descobrimento. Além disso, na prancha, em que o Estado do Brasil é representado em sua configuração de conjunto, pode ser vista também a indicação dos seus limites. Nela, os limites da carta coincidem com os limites do território, que, por sua vez, coincidem com o Meridiano de Tordesilhas. Esse limite é representado por uma linha que liga dois padrões de demarcação, localizados ao sul e ao norte do território.

Seria comum o fato de o cartógrafo, cosmógrafo do reino de Portugal, representar apenas as possessões portuguesas, distinguindo-as dos domínios de outras nações, não estivesse a Coroa Portuguesa sob domínio da Coroa Espanhola. Porém, em tempos de União Ibérica, esse fato torna-se relevante, pois antecipa uma intenção de separação por parte dos portugueses, concretizada nove anos mais tarde com a restauração do trono português.

Em 1578, D. Sebastião foi morto na batalha de Alcácer Quibir. O trono ficou ocupado por seu tio, D. Henrique, que veio a falecer dois anos depois. Como não havia mais descendentes diretos na família, Felipe II, Rei de Espanha, ligado aos Avis por laços consangüíneos, reclamou o trono. O clero, a nobreza e a grande burguesia apoiaram a intenção do Rei de Espanha, após entenderem

as vantagens que teriam decorrentes da União Ibérica. Embora os extratos mais baixos da sociedade não desejassem a ascensão de Felipe II, o mesmo sobrepujou seus concorrentes e tornou-se, sem nenhum conflito armado, Rei de Portugal, como Felipe I. Os laços familiares de Felipe II com os Avis o tornavam sucessor autêntico da Coroa de Portugal (LOPEZ, 1983). Ocorria, assim, a união das duas Coroas e o início da dinastia dos Habsburgos.

Nesse contexto, embora o Rei de Espanha fosse o mesmo Rei de Portugal, as nações continuaram separadas administrativamente, existindo, em Lisboa, um representante de Felipe II, nomeado vice-rei.

Portugal viveu um período de prosperidade e paz política com os Habsburgos, porém, a partir de 1621, coincidindo com o início do reinado de Felipe IV (III de Portugal), a situação financeira da Espanha se deteriorou. Por essa razão, entre outras, o Monarca foi obrigado a dispensar maior atenção às possessões espanholas, muitas vezes em detrimento das portuguesas. O Soberano passou, ainda, a restringir a participação dos fidalgos portugueses no processo político. O clima de insatisfação foi cada vez mais se acentuando até que, em 1640, deflagrou-se o movimento de restauração do trono português, com a coroação do Duque de Bragança, D. João IV (LOPEZ, 1983).

A par da intenção de distinguir as possessões portuguesas das espanholas, outro intento que chama a atenção no atlas “Estado do Brasil” é a tentativa do cosmógrafo de ampliar os domínios portugueses. Na representação da Prancha 1, que pode ser vista na FIG. 2, verifica-se o deslocamento da linha de demarcação bem mais para oeste do que a posição que essa apresentava em mapas elaborados em datas anteriores à desse, incluindo nesse território a foz do Amazonas e o rio da Prata, região de antiga disputa entre Portugal e Castela.

O conflito sobre as terras localizadas no ultramar, entre as duas nações, não se encerrou mesmo após a assinatura do Tratado de Tordesilhas. A dificuldade de delimitação exata da linha de demarcação, estipulada pelo tratado, resultou em uma constante disputa de terras, especialmente nas capitânicas do sul, a partir de São Vicente. O escoamento da prata, pelo rio homônimo, aguçou a cobiça dos portugueses, tornando-se esse rio um foco de desavenças. Embora essa tensão tivesse sido aliviada pela união das duas Coroas, ela continuou a existir já que tanto os reinos quanto suas possessões ultramarinas continuaram administrativamente separados (LOPEZ, 1983).

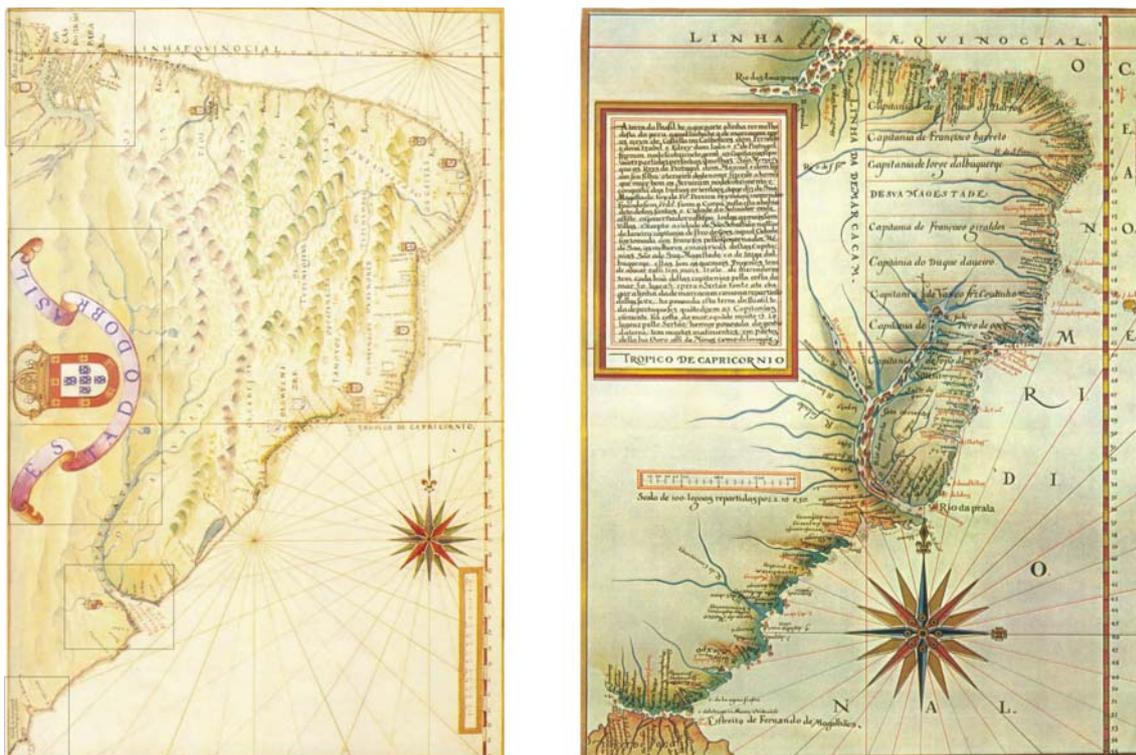


Fig. 2- Comparação entre os limites do território português na América na prancha “Estado do Brasil” e no Mapa de Luis Teixeira. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento” e Catálogo da Exposição “Os Tesouros dos Mapas”.

Uma comparação entre os limites indicados na prancha índice do atlas “Estado do Brasil” e os limites indicados em um mapa, elaborado em 1578, por outro cosmógrafo português - Luiz Teixeira, pai de Albernás - reforça a indicação da intenção do primeiro de ampliar os domínios portugueses na América, como pode ser acompanhado na FIG. 2. Na primeira prancha do atlas de Albernás, a linha que separa as possessões é traçada a partir de dois padrões de demarcação, um localizado ao sul do cabo de São Matias e outro ao oeste da foz do Amazonas. Já no mapa de Luiz Teixeira, a linha de demarcação passa ao leste da foz do Amazonas, que pertenceria, então, à Coroa de Castela. Ao sul, esse marco inclui a foz do rio da Prata, mas exclui toda a região a partir de sua margem ocidental.

É interessante observar que o cabo localizado mais ao sul do território foi denominado por Albernás como Cabo do Padrão. O fato dele assim o nomear forjava uma legitimidade às suas aspirações, como se desse uma existência física a esse marco.

Se a comparação do mapa de Albernás for feita com um mapa elaborado por um espanhol, as diferenças entre os limites tornam-se ainda mais salientes. No mapa elaborado em 1623, por Antonio de Herrera y Tordesilhas, historiador das Índias, a linha de demarcação exclui dos domínios portugueses tanto a foz do Amazonas como o rio da Prata, que é incluído em sua totalidade nas possessões castelhanas, como pode ser visto na FIG. 3.

Além disso, Albernás reforçou o caráter de avocação de ampliação dos domínios portugueses ao

sugerir a impropriedade da ocupação espanhola em terras que deveriam, de acordo com os limites estipulados no próprio atlas, pertencer a Portugal. Isso pode ser observado já na primeira prancha que contém o seguinte texto, inscrito sobre a foz do rio da Prata: “está povoado pela Coroa de Castela”. Na terceira prancha do atlas, que representa o rio da Prata, FIG. 4, o cartógrafo desenhou sobre a margem sul da foz daquele rio o escudo de armas da Coroa de Castela e sobre a margem norte o escudo de armas da Coroa Portuguesa.

Ora, o que o cosmógrafo anunciou por meio desses elementos não é a posse, mas sim a ocupação, uma vez que o domínio já havia sido estabelecido tanto na prancha índice, através dos padrões de demarcação, quanto na primeira prancha que representa o território em parcelas regionais. Nessa, o cosmógrafo iniciou a representação dos territórios portugueses a partir do “Cabo do Padrão”. Então, o povoamento da Coroa Castelhana foi alardeado como uma extrapolação de seus direitos.

4.3 Reivindicação de Defesa da Colônia

Os realizadores do atlas “Estado do Brasil” destacaram, ainda, a importância da defesa do território colonial, constantemente ameaçado por invasores estrangeiros, através da representação de fortalezas, em várias de suas pranchas.

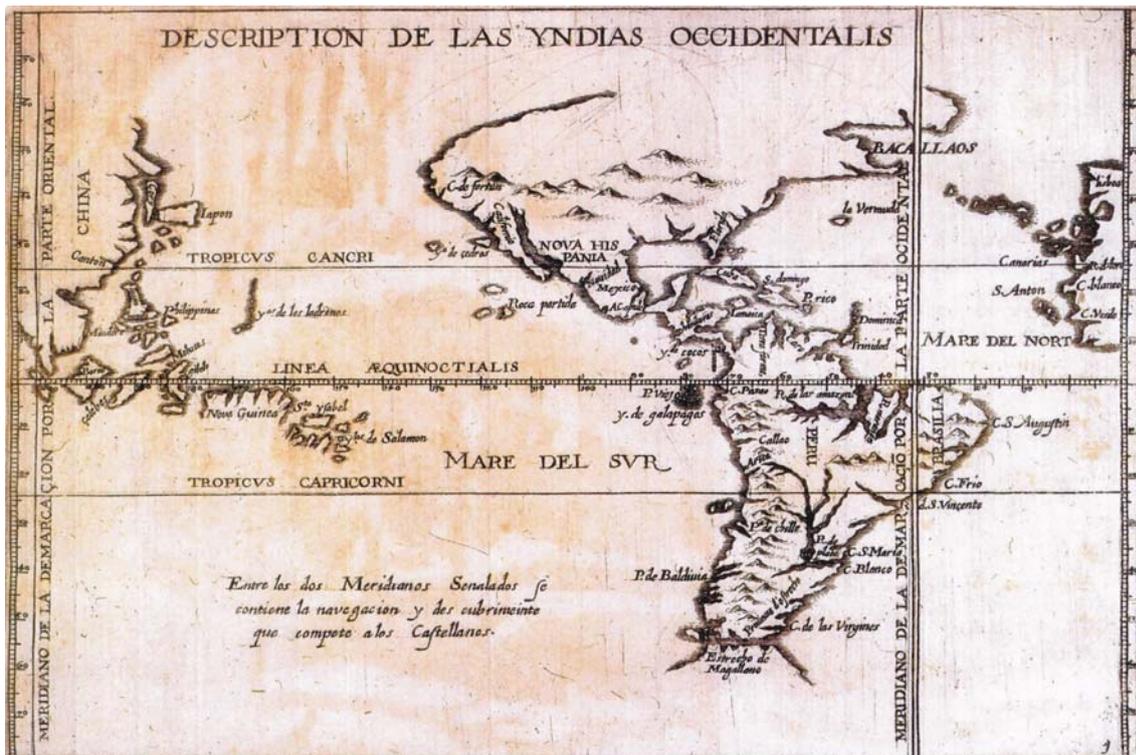


Fig. 3 – Mapa elaborado pelo espanhol Antonio de Herrera y Tordesilhas, no qual os limites entre Portugal e Castela excluem a foz do Amazonas e o rio da Prata dos domínios lusitanos. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Tesouros dos Mapas”.

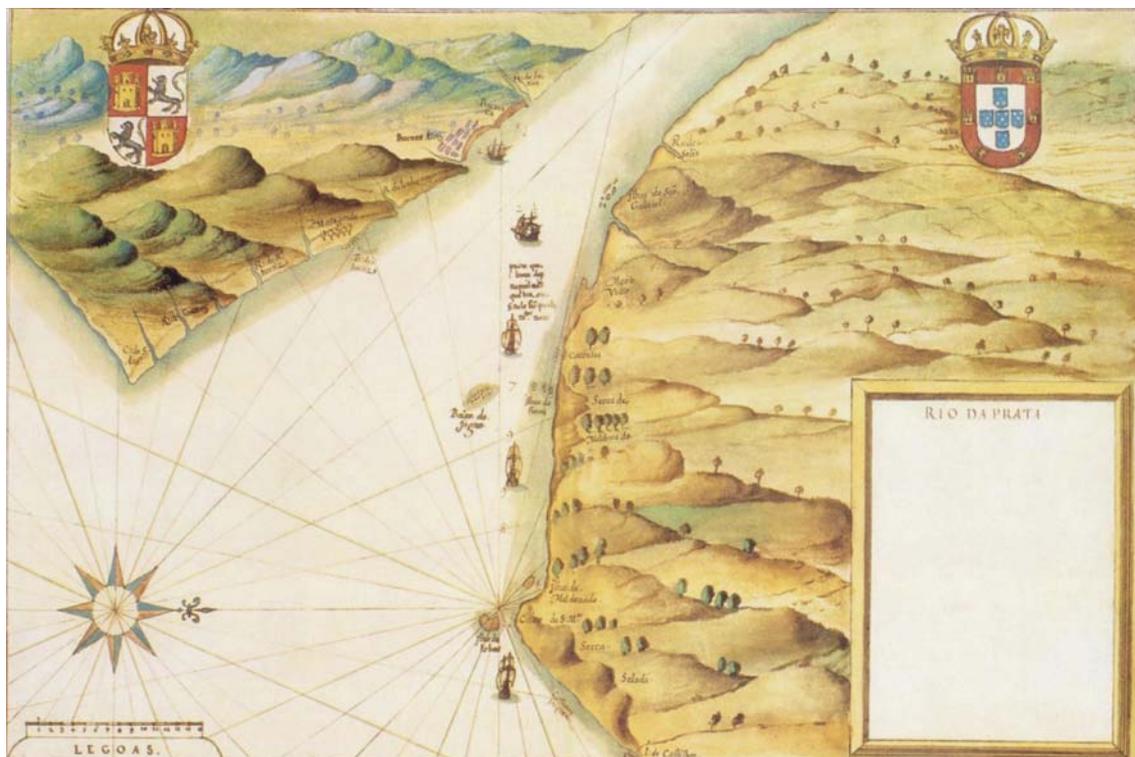


Fig. 4 – Mapa do rio da Prata no qual o cosmógrafo introduz os escudos de armas de Castela na margem sul do rio da Prata e o escudo de armas de Portugal na margem norte indicando o território ocupado pelas duas nações. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.

Conforme Boxer (1969) os esforços de colonização portuguesa no Brasil, nos Quinhentos e Seiscentos, foram prejudicados pelas constantes incursões de outros povos, seja através de tentativas de colonização, seja através de atos de pirataria. Franceses, espanhóis, ingleses, escoceses, irlandeses e holandeses eram visitantes frequentes das costas brasileiras.

Na prancha 26, que representa a Capitania de Pernambuco, Albernas, oportunamente, deu a conhecer a situação gerada pela invasão holandesa daquelas terras. Em 1630, com a chegada da esquadra da Companhia das Índias Ocidentais, os neerlandeses invadiram Olinda e o porto do Recife.

Os primeiros anos da ocupação holandesa em Pernambuco assistiram a uma forte resistência dos luso-brasileiros que habitavam a região. Matias de Albuquerque, irmão do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, organizou um esforço de resistência contra a ocupação estrangeira que ficou conhecida como “guerra lenta”. Segundo Mello (1998, p. 33), a guerra lenta consistia “[...] numa guerra de usura destinada a manter o impasse militar na forma inicial do período 1630-1632, isto é, assegurar o controle do interior e, em especial, da área de produção açucareira, reduzindo os neerlandeses à posse das praças fortes do litoral”.

Essa estratégia, que tinha como objetivo impedir o avanço das tropas holandesas até a chegada da armada de restauração, que seria enviada pela metrópole, funcionou muito bem nos primeiros dois anos de ocupação. Os invasores flamengos ficaram confinados ao litoral, dependendo completamente de suas naus para o abastecimento das tropas. Com o passar do tempo, a resistência foi perdendo sua força à medida que se prolongava a espera pelo socorro naval, “[...] reputado o único capaz de romper o impasse” (MELLO, 1998).

A guerra de resistência foi representada por Albernas, na prancha 26, mostrada na FIG. 5, que exhibe a localização dos principais equipamentos bélicos, das casas de moradores aliados, dos principais baluartes portugueses e inimigos. De fato, essa carta apresenta elementos estratégicos da guerra, de modo a facilitar a intervenção da esquadra de restauração, se fosse enviada naquele momento.

Através da legenda, é possível perceber como os elementos representados informavam as posições estratégicas dos dois grupos em conflito, sinalizando a vantagem que uma esquadra naval teria para expulsar os invasores, uma vez que a resistência dos colonos os confinou no litoral, impedindo seu espraiamento em direção ao interior do território.

Então, é possível argumentar que o atlas tinha entre os seus propósitos o de fazer lobby perante os fidalgos portugueses, para que esses pressionassem a Coroa a enviar uma frota, com o intuito de restaurar Pernambuco, assim como tinha acontecido com a Bahia, seis anos antes. A primeira investida holandesa em terras americanas deu-se contra a Bahia, em 1624,

de onde foram expulsos um ano mais tarde, por uma poderosa esquadra enviada para esse fim. A batalha travada entre as duas esquadras, holandesa e lusocastelhana, pela posse de Salvador, foi representada no atlas “Estado do Brasil” através da Planta da Restituição da Bahia, destacando a grandiosidade da vitória lusa.

A prancha que representa a restituição de Salvador mostra esse fato com imponência, lembrando aos portugueses um momento de triunfo, como pode ser visto na FIG. 6, e que poderia se repetir em uma situação similar. A par disso, através da legenda, pode-se perceber o controle que os holandeses tinham da cidade, o que se impunha como uma dificuldade à sua retomada pelos portugueses. No entanto, o próprio título da prancha revela que, apesar das adversidades, os lusitanos e seus aliados obtiveram sucesso em sua empreitada. A presença dessa prancha, que relata eventos ocorridos seis anos antes da data do atlas, não tinha outro propósito senão este: alertar os portugueses sobre a viabilidade da recuperação de Pernambuco.

Dessa forma, Albernas resgatou uma memória de eventos passados, elaborando-os de maneira a aguçar o imaginário dos seus compatriotas. De acordo com Carvalho (1990, p. 10) “é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”.

O cosmógrafo recordou, ainda, aqueles que defenderam a colônia através de recursos próprios, como é o caso apresentado na prancha que representa a Capitania do Rio de Janeiro. Nessa prancha, Albernas fez uso de extensa nota explicativa para ressaltar a importância dos esforços pessoais de homens que investiram seu próprio patrimônio na construção de fortalezas, ao primeiro sinal dos invasores neerlandeses, conforme trecho seguinte: “A fortaleza de Santa Cruz que o Governador Martin de Sá fez a custa de sua fazenda depois que os rebeldes entraram à cidade da Bahia [...]” (ALBERNAS, 1631, prancha 12).

Não é possível dizer algo sobre as ações resultantes dos esforços do cosmógrafo e do patrocinador do atlas nessa questão. Porém, é conhecido que a conjuntura da época não permitiu ao Monarca enviar a esperada esquadra de restauração. As demandas das possessões espanholas sobrepujaram os problemas concernentes às possessões portuguesas.

Assim, a partir de 1633, o exército holandês passou a adotar uma estratégia de ataque às bases locais de apoio aos combatentes da resistência, atacando engenhos, povoações etc. Essa estratégia foi bem sucedida, permitindo a expansão do domínio holandês. Chegaram a ocupar, posteriormente, a grande área do nordeste brasileiro que vai do rio São Francisco ao norte do Ceará. Em 1641 chegaram mesmo a estender-se por boa parte do Maranhão, Sergipe e Ilha de São Tomé. Somente foram definitivamente expulsos das terras lusitanas na América em 1654 (MELLO, 1998).

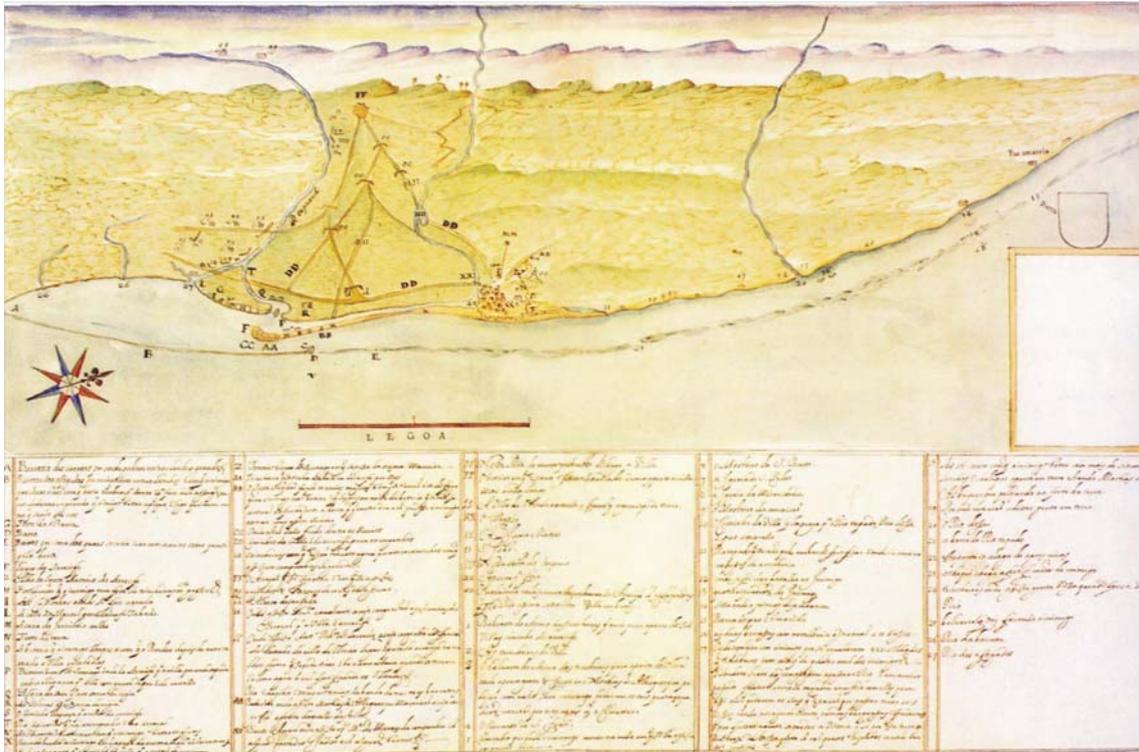


Fig. 5 – Mapa que mostra a região da Capitania de Pernambuco recém-invadida pelos holandeses. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.



Fig. 6 – “Planta da Restituição da Bahia”, representando a retomada de Salvador, invadida pelos holandeses, por uma poderosa esquadra luso-castelhana. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.

Além disso, um dos propósitos do atlas "Estado do Brasil", que se destaca em suas pranchas, é o de incentivar a vinda de colonos portugueses para as terras americanas. A ocupação do Brasil, pelos portugueses, no século XVII, estava ameaçada por diversas razões, tais como dificuldades com o trato da terra, invasões de povos estrangeiros, constantes conflitos com os naturais da terra, entre outros. Os esforços da Coroa em promover o povoamento não foram bem sucedidos em todas as regiões desse imenso território.

A necessidade de povoamento urgia cada vez mais, como um requisito básico para a manutenção da posse da colônia nos domínios lusitanos. Albernás forneceu, no atlas, alguns indícios sobre a preocupação do patrocinador de incentivar a migração de colonos para esse território e registrou a organização dada pelos portugueses à ocupação do Brasil.

4.4 Atração de colonos para a América Portuguesa

Mesmo buscando representar apenas elementos que já eram bem conhecidos na época, o cosmógrafo introduziu, em uma das pranchas, um elemento que os portugueses não sabiam ao certo de sua existência e localização, que era a Serra das Esmeraldas.

Albernás aproveitou-se de sua posição de cosmógrafo real, o que lhe dava acesso a informações privilegiadas, e representou em seu atlas os conhecimentos reunidos, até então, acerca de minas de esmeraldas no interior do continente. Acreditava-se que essas minas localizavam-se em uma serra próxima às margens do rio Doce.

A representação desse elemento, assim como de possíveis vias de acesso, como pode ser observado na FIG. 7, que mostra a Capitania de Porto Seguro, servia para instigar a cobiça de colonos, fazendo emergir no imaginário dessas pessoas sonhos de riqueza. Isso provavelmente atrairia novos povoadores, uma vez que naquela época a exploração de riquezas minerais era um forte estimulador da colonização.

A descoberta de riquezas minerais na América Espanhola criou a expectativa da existência desses mesmos minerais na América Portuguesa. Muitos foram os exploradores que andaram sertão adentro a procura de tais riquezas e muitos perderam até a vida nessas viagens (MAGALHÃES, 1935).

A ocupação do Brasil, desde o começo, efetuou-se nas regiões costeiras devido a diversos fatores. A Coroa Portuguesa precisava que a colonização cumprisse o seu papel de defesa do território contra as invasões estrangeiras. Portugal não contava com um grande contingente populacional para a realização de tal tarefa.

A necessidade de defesa e o próprio

empecilho político imposto pelo Tratado de Tordesilhas, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, fizeram com que a Coroa Portuguesa, no início da colonização do Brasil, incentivasse o povoamento ao longo da costa. No atlas de Albernás, fica bem explícito a característica litorânea da ocupação portuguesa no Brasil, no período em questão, o que pode ser observado na FIG. 8. A propósito do mapa, ao representar um trecho que vai do cabo de Santo Agostinho até a Paraíba, o cosmógrafo utilizou uma escala reduzida que evidencia o caráter costeiro do povoamento lusitano.

Um historiador contemporâneo da época, Frei Vicente do Salvador, expressou de forma veemente seu descontentamento com relação a esse fato, sem talvez entender todas as nuances do processo, ao dizer em seu livro que "da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos" (SALVADOR, 1627).

Além dos fatores citados anteriormente, é preciso realçar que povoamento está diretamente ligado a alguma atividade econômica que garanta, pelo menos, a subsistência das pessoas que se instalam em determinada região. Na América Portuguesa não foram encontradas, num primeiro momento, riquezas minerais. Assim, a economia baseou-se na exploração agrícola, especialmente na cana-de-açúcar. Ora, havia certos condicionantes que influenciavam na escolha dos locais onde os engenhos de açúcar deveriam ser instalados. A adaptação do solo ao plantio da cana e a proximidade a cursos d'água eram os mais importantes. Além da irrigação para a lavoura, os engenhos necessitavam de água para escoamento da produção, já que o meio fluvial era o único capaz de movimentar grandes quantidades de produtos até o mar, de onde partiam para os mercados europeus.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto é possível perceber como o atlas "Estado do Brasil" serviu de mediação entre o patrocinador e os outros nobres. Ele foi um instrumento eficaz para comunicar informações de caráter geográfico, as quais D. Jerônimo teve a oportunidade de coletar e de reunir através dos sentidos e também através de relatos. Ao comunicar essas informações a partir do ponto de vista de seu patrocinador, o atlas também transmitiu a seu público as ambições e anseios desse nobre. De fato, esse atlas não é o retrato do Brasil nos seiscentos mas, representa sim, a visão que seus idealizadores tinham do Brasil a partir de suas preocupações e interesses.



Fig. 7 – Mapa que representa a Capitania de Porto Seguro no qual o cosmógrafo introduz a Serra das Esmeraldas e suas prováveis vias de acesso. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.

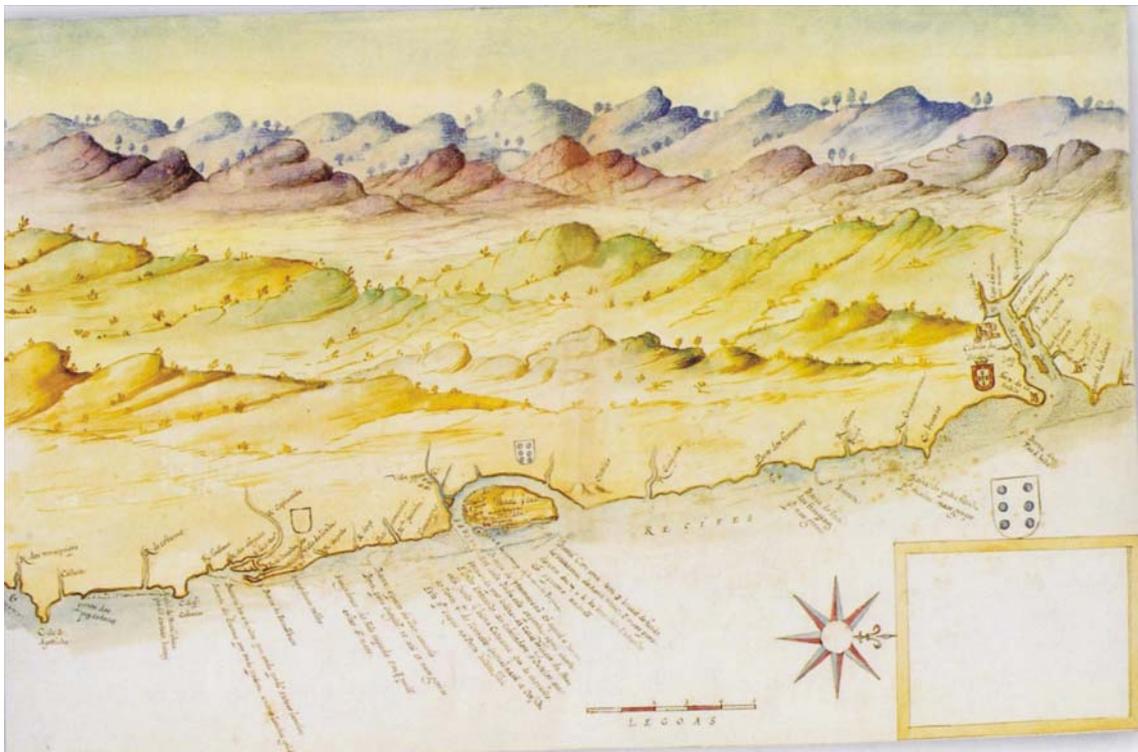


Fig. 8 – Mapa da Ilha de Itamaracá e trecho da costa da Paraíba e de Pernambuco, no qual fica evidente, devido sua escala, o caráter costeiro da ocupação portuguesa. Fonte: Catálogo da Exposição “Os Mapas do Descobrimento”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAS, João Teixeira, 1631. **Atlas Estado do Brasil**..., Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

BERTIN, Jacques, 1967. **Semiologie Graphique**, Mouton/Gauthier-Villars, Paris.

BOXER, Charles Ralph, 1969. **O Império Colonial Português**, Edições 70, Lisboa.

CARVALHO, José Murilo de, 1990. **A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil**, Companhia das Letras, São Paulo.

CORTESÃO, A. & MOTA A.T., 1968. **Portugaliae Monumenta Cartographica**, Imprensa de Coimbra, Coimbra.

EXPOSIÇÃO “OS MAPAS DO DESCOBRIMENTO”. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000. 52 p. Catálogo de Exposição, 20 jan. – 23 abril 2000, Centro Cultural Banco do Brasil.

EXPOSIÇÃO “O TESOURO DOS MAPAS: A CARTOGRAFIA NA FORMAÇÃO DO BRASIL”. São Paulo: [s.n.], 2002. 342 p. Catálogo de Exposição, 26 maio – 26 julho 2002, Instituto Cultural Banco Santos.

GARCIA, José Manuel. Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal. In: COMISSÃO NACIONAL PARA COMEMORAÇÕES DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **Tesouros da Cartografia Portuguesa**, 1997, Ed. Inapa, . Lisboa.

GUERRA, Amanda Estela. **O Atas Estado do Brasil: Um olhar português sobre a América Colonial**. Dissertação (Mestrado em geografia – Organização do Espaço) – Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JACOB, Christian, 1992. **L’empire des Cartes**, Albin Michel, Paris.

JOLY, Fernand, 1990. **A Cartografia**, Papirus, Campinas.

LOPEZ, Luís Roberto, 1983. **História do Brasil Colonial**, Ed. Mercado Aberto, Porto Alegre.

MAGALHÃES, Basílio, 1935. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

MARCHANT, Alexander, 1943. **Do Escambo à Escravidão**, Cia Editora Nacional, São Paulo.

MELLO, Evaldo Cabral de, 1998. **Olinda Restaurada: guerra do açúcar no Nordeste, 1630-1654**, Topbooks, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Cêurio de, 1993. **Curso de Cartografia Moderna**, Rio de Janeiro.

SALDANHA, António Vasconcelos de, 2001. **As Capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico**, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

SALVADOR, Frei Vicente do, 1627. **História do Brasil (1500-1627)**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.bn.br/script/FbnObjetoDigital.asp?pCodBibDig=246535>. Acesso em: 21 Jun. 2004

SARAIVA, José Hermano, 1979. **Breve História de Portugal**, Bertrand, Rio de Janeiro.

TAVARES, Luis Henrique Dias, 1994. Capitania de Ilhéus. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Verbo, Lisboa, p. 410-413.